

‘É um mecanismo facilitador da gestão’

Defensor da divisão do Pará, geógrafo José Cazzolato diz que igualdade territorial leva à igualdade dos habitantes

ENTREVISTA

José Donizete Cazzolato

O Brasil ainda está em um processo de reorganização territorial, mas a maioria dos projetos sobre a criação de novos estados que estão no Congresso Nacional não sobrevive a um pente-fino do ponto de vista técnico. Essa é a opinião do geógrafo e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) José Donizete Cazzolato, que lançou em outubro passado o livro “Novos estados e a divisão territorial do Brasil — Uma visão geográfica”. Cazzolato é favorável à criação de novos estados, incluindo os de Tapajós e Carajás, no Pará.

Cazzolato afirma que divisão do Pará é adequada

• *Por que o senhor considera importante ter um padrão entre os estados?*

CAZZOLATO: Isso vem da ideia de que a igualdade dos territórios induz à igualdade dos cidadãos. Hoje, temos unidades muito disparatadas. Veja Roraima e Amapá e São Paulo e Minas. Por conta dessa desigualdade nós temos que recorrer no Brasil a instrumentos compensatórios, que jogam essas desigualdades para debaixo do tapete. Você também tem a eterna briga de estados maiores por estarem sub-representados politicamente.

• *O principal argumento contrário à criação de estados é o aumento de gasto público. O senhor não considera essa uma questão relevante?*

CAZZOLATO: Eu acho que a discussão tem que ser o que é despesa e o que é investimento. Você pagar salário para vereador em cidades pequenas onde reuniões são feitas uma vez por mês e à noite, eu acho discutível. Criar um estado para que se tenha uma maior eficácia da gestão pública eu vejo como investimento. Claro que não é qualquer estado. Há uma proposta de criação de um estado no sul do Piauí, por exemplo, que eu considero equivocada porque é uma população muito pequena. Seria desperdício. Eu não deixo de considerar que a criação de um estado é uma despesa grande. Daí, defendo um calendário de revisão territorial.

• *Outra crítica é que muitas vezes essas propostas estão a serviço de interesses políticos e econômicos.*

CAZZOLATO: Claro que há interesses políticos e econômicos em jogo nesses debates. Mas temos que pensar também que a criação de um estado não serve apenas a um grupo. Ela é um mecanismo facilitador da gestão, otimizador de recursos e das potencialidades regionais.

• *Os últimos desmembramentos feitos no país originaram Mato Grosso do Sul e Tocantins. Como avalia o resultado dessas iniciativas?*

CAZZOLATO: Isso é muito difícil de avaliar. Teríamos que comparar renda local, índices de qualidade de vida e de desenvolvimento. Não conheço estudos nesse sentido. Eu vejo como um mito a ideia de que foi um sucesso total. Quem vai a Palmas vê uma cidade nova, mas não sei se na rede de equipamentos públicos, oportunidade de empregos e infraestrutura melhorou devido ao desmembramento ou porque recebeu muito recurso federal. O Mato Grosso do Sul é um caso de emancipação completamente diferente. Já tinha lá uma região estruturada, povoada, e a criação do novo estado somente veio oficializar uma realidade.

• *A situação do Pará é mais próxima do caso do Tocantins ou do Mato Grosso do Sul?*

CAZZOLATO: É mais parecido com o de Mato Grosso do Sul. Há núcleos constituídos nas duas regiões que se pretendem emancipar. O projeto vem sacramentar uma realidade geográfica. Por isso que considereí uma divisão adequada. Ela não está ruim do ponto de vista geográfico.

Silvia Amorim
silvia.amorim@sp.oglobo.com.br

O GLOBO: *Por que o senhor propõe a criação de mais 7 estados e 3 territórios no país?*

JOSÉ DONIZETE CAZZOLATO: Temos estados com 600 mil, 1,5 milhão e 40 milhões de habitantes. Analisando todos, cheguei a um padrão territorial e identifiquei que metade deles está dentro de um padrão de extensão física, população e número de mu-

nicipios. Por que não manter esse padrão para chegar a um equilíbrio? Cheguei a 37 unidades federativas. Mas a minha preocupação ao fazer o livro era chamar a atenção para outras questões que não estão sendo consideradas. Hoje um deputado apresenta um projeto de criação de um estado e, pelo rito da legislação, ele não se obriga a nenhuma condição mínima de formatação técnica, como analisar densidade populacional, organi-

zação regional, economia, arrecadação e representação política. São parâmetros essenciais.

• *Dos 30 projetos em tramitação no Congresso que criam estados, quantos o senhor considerou adequados tecnicamente?*

CAZZOLATO: A maioria não sobrevive a qualquer análise técnica. Dezesete rejeitei de pronto e considerei 13 minimamente viáveis. Aproveitei sete, entre eles Carajás, Tapajós, Mato Grosso do Norte e Planalto Central.

‘Quem mais ganha é a classe política’

Sociólogo, Herbert Martins diz que criar estados não reduz desigualdades; solução é equilibrar distribuição de verbas

ENTREVISTA

Herbert Toledo Martins

A divisão do Pará para a criação dos estados de Tapajós e Carajás é um jogo de interesses de elites regionais. A medida mais simples e menos onerosa para levar o desenvolvimento a essas duas regiões é a distribuição de forma mais equilibrada dos recursos pelo governo estadual. A avaliação é do sociólogo Herbert Toledo Martins, autor da tese “A fragmentação do território nacional”, . Ele contesta o argumento que o crescimento econômico e social para essas áreas do Pará somente virá com o desmembramento do estado. No próximo dia 11, um plebiscito definirá se haverá ou não separação.

O GLOBO: *O senhor tem uma visão histórica sobre o processo de divisão territorial do Brasil. Em que esse estudo contribui para o debate sobre a criação de mais dois estados: Canajás e Tapajós?*
HERBERT TOLEDO MARTINS: Acho que nessa questão o passado lança luz sobre o presente. Esse trabalho mostrou que criar províncias no Brasil nos tempos do Império ou estados no período republicano sempre foi um jogo de interesses entre elites re-

gionais e o governo central. É um acordo. Essas criações acabaram sempre fortalecendo o poder central, porque é um estado novo, carente de recursos e que fica a reboque do poder central. O caso do Pará não é diferente. Há interesses políticos de elites regionais que se sentem deslocadas do desenvolvimento.

• *Um dos argumentos para o desmembramento do Pará é o desenvolvimento de regiões.*

MARTINS: Esse é um jogo de retórica porque não temos dados para comprovar que só terá desenvolvimento se for criado o estado. É claro que, quando se cria um estado, o desenvolvimento econômico e social acontece. Tocantins melhorou, sem sombra de dúvida, a vida daquela população. A região tinha 0% de rede de esgoto e hoje na capital, pelo menos, você tem esgoto, água encanada e asfalto. A discussão é o quanto custou.

Martins: não se falou do impacto ambiental

• *E a questão de aumento dos gastos públicos?*
MARTINS: Eu me pergunto se não ficaria mais barato o governo local distribuir os recursos de forma mais equilibrada entre as regiões. Por que Tocantins quis se separar de Goiás? Porque as elites regionais se sentiam excluídas dos processos de desenvolvimento. O dinheiro ia todo para o Sul de Goiás e sobravam migalhas para o Norte. É preciso entender que quem mais ganha com isso é a classe política. Goiás perdeu território, mas nem por isso a bancada federal de parlamentares foi diminuída. Ela foi mantida e ainda criada a do Tocantins. Até hoje não sabemos quanto custou a criação do Tocantins. Mais do que isso me preocupa nesse debate da divisão do Pará o fato de que pouco se falou do impacto ecológico. Criar duas novas máquinas administrativas, com sedes, secretarias, poderes Legislativo e Judiciário. Imagina o impacto disso sobre a floresta amazônica.

• *Pela primeira vez na história brasileira haverá um plebiscito para discutir a criação de um estado. Há duas campanhas em curso, mas que trabalham em condições bastante diferentes. A que defende a separação tem muito mais dinheiro do que a que prega a unidade do território. Isso pode comprometer a isonomia do processo?*
MARTINS: Não tenho dúvida de que o poder econômico vai falar mais alto. O plebiscito, a priori, dá uma fachada de democracia, de que estamos promovendo um debate com a sociedade, mas nós sabemos como a política brasileira é fisiológica e como o povo vai na valsa. Imagina o apelo emocional que existe nessas campanhas. Esse plebiscito, na verdade, é uma disputa eleitoral.

• *Um caminho viável para reduzir as desigualdades entre estados, então, não está num rearranjo territorial mas político?*
MARTINS: Sinceramente eu não acredito, depois de tudo que li, numa redivisão territorial brasileira. Ela vai acontecer do jeito que está acontecendo, ou seja, momentânea, conjuntural, aqui e ali, conforme o andar da carruagem. Não acredito que as elites dominantes deixem seus interesses de lado e digam que a configuração geográfica está ruim e façam uma nova pensando no desenvolvimento econômico e social. Perder território é perder poder. Eu vejo como caminho uma reforma política que equilibre melhor a representação no Congresso. Um voto de um deputado do Pará vale mais que o voto de um deputado de São Paulo. Essa é a divisão que temos hoje e ela foi definida na Constituição de 1823. Na época, ocorreram debates sobre a possibilidade de uma nova redivisão, mas venceu os interesses de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, que defenderam a manutenção de seus territórios. E isso dura até o dia de hoje.

O GLOBO

EM SMS

Receba as principais manchetes no seu celular. Envie um torpedinho com o texto OGLMAN para 50020 R\$ 0,10 por mensagem (mais impostos). Até 6 notícias por dia.